



Exma. Senhora  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência a  
Presidente da Assembleia da República  
Dra. Noémia Pizarro

| SUA REFERÊNCIA | SUA COMUNICAÇÃO DE | NOSSA REFERÊNCIA                    | DATA       |
|----------------|--------------------|-------------------------------------|------------|
|                |                    | Nº: 3996<br>ENT.: 3419<br>PROC. Nº: | 28/07/2014 |

ASSUNTO: RESPOSTA A PERGUNTA N.º 853/XII/3.ª

Encarrega-me a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade de junto enviar cópia do ofício n.º 7973, datado de 28 de julho, remetido pelo Gabinete do Senhor Ministro da Saúde, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Marina Resende



Exma. Senhora  
Chefe do Gabinete da Secretária de  
Estado dos Assuntos Parlamentares e da  
Igualdade  
Dra. Marina Resende

Sua referência  
Nº 481

Sua comunicação  
29.01.2014

Nossa referência  
Ent. 1323

**ASSUNTO: Pergunta n.º 853/XII/3.ª, de 29 de janeiro de 2014, apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS- PP – Alegadas más condições do Centro Hospitalar do Algarve, EPE**

Em resposta à Pergunta referida em epígrafe encarrega-me S.E. o Ministro da Saúde de informar o seguinte:

Na sequência do enquadramento prévio, importa responder às questões colocadas, alertando antes de mais para o facto de que o Centro Hospitalar do Algarve, EPE foi criado na sequência da fusão do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, EPE e do Hospital de Faro, EPE, com o objetivo de ultrapassar os claros desequilíbrios estruturais, tanto em termos assistenciais como em termos económicos e financeiros, que se verificavam em cada uma dessas unidades hospitalares, e cuja falta de disponibilidade das respetivas administrações para qualquer tipo de articulação, inviabilizava o desenvolvimento de complementaridades e a criação de sinergias entre elas, com reflexos negativos na respetiva produtividade.

Nesse sentido, a criação do Centro Hospitalar do Algarve, EPE constituiu um instrumento indispensável para a implementação de medidas de reestruturação da rede hospitalar da região, tendo em vista assegurar a continuidade da prestação de cuidados através de uma efetiva integração dos serviços, garantindo a sua sustentabilidade financeira futura, através de uma melhor articulação entre os serviços, uma coordenação mais eficaz na utilização dos recursos disponíveis de forma a potenciar a capacidade instalada, bem como através de uma melhoria na prestação de cuidados, em particular, nas áreas de especialidade médica onde mais se faz sentir a carência de recursos humanos médicos.

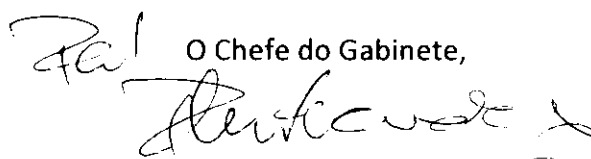
Acontece que, como todos os processos de reorganização, também este tem vindo a exigir um enorme esforço e envolvimento por parte de todos os intervenientes, tendo em conta as alterações inerentes ao mesmo, e que muitas das vezes colidem com as realidades, até então, instituídas.

Nesse sentido, e depois de solicitados os competentes esclarecimentos junto da Administração Regional de Saúde do Algarve, IP, bem como do Centro Hospitalar do Algarve, EPE, considera-se ser de informar que, apesar das vicissitudes naturais a um processo desta envergadura, nomeadamente por força da fusão dos sistemas informáticos, modificação e adequação dos procedimentos ao novo Centro Hospitalar, da necessidade de articulação entre os vários serviços, parece resultar claro o esforço de todos os trabalhadores e dirigentes para a resolução dos problemas dos doentes.

Para além disso, e ainda na sequência dos esclarecimentos prestados, nenhum doente deixou de ter acesso dentro da janela terapêutica à medicação que necessitava; nenhum consumível deixou de ser disponibilizado, por transferência entre serviços ou entre hospitais; nenhum doente oncológico ou de HIV deixou de ter acesso à medicação; sendo que, em seis meses, os 5 cancelamentos de cirurgias por alegada falta de material, de entre as 3400 cirurgias realizadas no mesmo período, em que todos os casos se deveram a uma errada aplicação dos procedimentos em vigor, não pode ser considerado demonstrativo da alegada gravidade propalada na comunicação social.

Não obstante, naturalmente que o Ministério da Saúde acompanha e continuará a acompanhar o desempenho do Centro Hospitalar do Algarve, EPE, não afastando a possibilidade de recorrer à Inspeção Geral das Atividades em Saúde, se assim o considerar justificado por factos devidamente comprovados e não apenas meramente alegados.

Com os melhores cumprimentos,

  
O Chefe do Gabinete,  
Luís Vitório

**Paula Maia Fernandes**  
Adjunta do Gabinete do Ministro da Saúde